

RESOLUÇÃO Nº 04/2025

SÚMULA: “Dispõe sobre a organização do Sistema de Ensino do Município de Santana do Itararé, a utilização de materiais e sistemas de ensino contratados, e a integração das avaliações internas e externas para o diagnóstico, monitoramento e recomposição das aprendizagens nas etapas da Educação Infantil (Pré-1 e Pré-2) e do Ensino Fundamental I (1.º ao 5.º ano), e dá outras providências”.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTANA DO ITARARÉ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o dever constitucional e legal do Município de assegurar a oferta pública de Educação Infantil e do Ensino Fundamental com qualidade, o respeito à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) e outras normativas referentes a educação brasileira.

CONSIDERANDO a necessidade de articular materiais didáticos, sistemas de ensino e instrumentos avaliativos para a garantia de um percurso formativo contínuo, diagnóstico precoce de dificuldades e implementação de ações de recomposição de aprendizagens;

CONSIDERANDO os programas e instrumentos de avaliação e suporte pedagógico do Estado do Paraná (Programa Educa Juntos; Prova Paraná/Prova Paraná Mais) e as avaliações nacionais e de pesquisa aplicada (SAEB, CAEd), bem como a oferta de materiais por contratos municipais com sistemas de ensino;

RESOLVE:

CAPÍTULO I — Do objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Resolução regula a organização do Sistema de Ensino Municipal, dispondo sobre:

- I — a utilização, distribuição e articulação dos materiais didáticos e sistemas de ensino contratados (Sistema Aprende Brasil — Editora Positivo; Coleções Aprova Brasil — Editora Moderna/ações em parceria com a ITAIPU; materiais do Programa Educa Juntos disponibilizados pelo Estado do Estado do Paraná);
- II — a integração das avaliações diagnósticas (avaliação de entrada e saída de fluência leitora para as turmas de 2º ano de ensino fundamental) com as avaliações em larga escala (Prova Paraná / Prova Paraná Mais, SAEB, avaliações coordenadas por CAEd) para planejamento pedagógico e recomposição de aprendizagem;
- III — ações pedagógicas de recomposição de aprendizagens e uso dos resultados avaliativos para formação continuada e planejamento escolar.

CAPÍTULO II — Dos sistemas e materiais de ensino contratados

Art. 2º O Município reconhece e formaliza que, para as turmas de Pré-1, Pré-2 e do 1.º ao 5.º ano do Ensino Fundamental, está contratado o Sistema Aprende Brasil (Editora Positivo), cujo uso será integrado ao planejamento pedagógico da rede.

(Parágrafo único) A Secretaria manterá cópia do contrato e dos instrumentos de prestação de serviços à disposição para consulta.

Art. 3º O Município fará uso, em ações e programas compatíveis, da coleção Aprova Brasil (Editora Moderna) sempre que houver deliberação administrativa que autorize a distribuição ou complementação de materiais por convênios/parcerias (ex.: programas estaduais/federais, convênios com ITAIPU ou outras instituições).

Art. 4º Os materiais complementares do Programa Educa Juntos (SEED-PR) serão recebidos e distribuídos às unidades educacionais conforme critérios técnicos da Secretaria (prioridade às turmas anos iniciais), e articulados ao trabalho pedagógico diário, formações e avaliações diagnósticas previstas no calendário. A adoção desses materiais considerará as orientações da Seed-PR e a Lei estadual que institui o Programa.

Art. 5º A distribuição de materiais deverá observar:

- I — plano de logística e inventário por unidade escolar;
- II — registro formal de entrega (termo de recebimento) e orientações de uso para professores;
- III — integração do uso dos materiais com os instrumentos avaliativos locais e com o currículo alinhado à BNCC.

CAPÍTULO III — Das avaliações: diagnóstico, monitoramento e avaliação externa.

Art. 6º Para a Educação Infantil a Secretaria adotará uma política integrada de avaliação que contemple:

“A educação exige os maiores cuidados, porque influi sobre toda a vida”.
Sêneca (filósofo romano)

I — Sondagens Diagnósticas no início, meio e fim do período letivo que subsidiará o planejamento e as ações pedagógicas.

II – Para as turmas de Creche e Pré-Escola, parecer descritivo de entrada e saída que contemple o desenvolvimento integral das crianças.

Art. 7º Cabe as instituições de ensino de Educação Infantil arquivar o parecer descritivo de seus alunos para futuras análises.

Art. 8º Para o Ensino Fundamental a Secretaria adotará uma política integrada de avaliação que contemple:

I — Avaliações diagnósticas locais de língua portuguesa e matemática (disponibilizadas pelo CAED) e avaliação de fluência leitora para as turmas de 2º ano) aplicadas no início e no final do ciclo/ano (de acordo com o cronograma disponibilizado pelos referidos programas) para mapear níveis de competência em leitura.

II — Avaliações estaduais: Prova Paraná / Prova Paraná Mais, como instrumentos diagnósticos e de monitoramento em larga escala, cujo resultado subsidiará o planejamento e as ações de melhoria nas unidades escolares;

III — Avaliações nacionais: SAEB, coordenada pelo INEP, como referência para posicionamento em relação ao desempenho nacional;

IV — Avaliações e produtos técnicos de apoio (aplicáveis mediante contratação/adesão) oferecidos por instituições especializadas como o CAEd (elaboração, aplicação e plataforma de monitoramento) e outros mecanismos avaliativos internos.

Art. 10º Os instrumentos de avaliação terão seus itens e procedimentos organizados de modo a garantir: validade pedagógica, garantia de sigilo dos dados dos estudantes,

acessibilidade (itinerários de adaptação) e compatibilidade com o PEI para estudantes com necessidades educacionais especiais.

Art. 11º Os resultados das avaliações serão utilizados para:

- I — elaboração de planos de recomposição de aprendizagem;
- II — ações de formação continuada focadas em conteúdos/competências com indicadores críticos;
- III — readequação do plano pedagógico escolar e do uso dos materiais didáticos contratados ou concedidos;
- IV — suporte técnico-pedagógico às escolas que apresentarem indicadores de risco.

CAPÍTULO IV — Da recomposição de aprendizagens e intervenções pedagógicas

Art. 12º A recomposição de aprendizagens será organizada como política prioritária e compreenderá:

- I — programas de recuperação intensiva (turno ampliado, aulas de reforço, núcleo de recuperação);
- II — sequência de intervenções baseadas em diagnóstico e nos resultados de avaliação de entrada e saída de fluência leitora, Prova Paraná, SAEB, CAEd);
- III — utilização direcionada de materiais didáticos (Aprende Brasil, Educa Juntos, Aprova Brasil quando disponível) como recurso para intervenções pedagógicas;
- IV — monitoramento contínuo dos progressos e reavaliação periódica para ajustes.

Art. 13º A elaboração dos planos de recomposição será responsabilidade da equipe pedagógica da unidade escolar, com suporte técnico da Coordenação Pedagógica Municipal.

CAPÍTULO V — Da formação continuada e suporte técnico-pedagógico

Art. 14º A Secretaria promoverá programa de formação continuada para:

- I — professores que utilizam o Sistema Aprende Brasil e demais coleções, garantindo adequação curricular e práticas alinhadas à BNCC;
- II — gestores e coordenadores para leitura e interpretação de resultados das avaliações (Prova Paraná, SAEB, CAEd) e formulação de intervenções;
- III — professores responsáveis por implementação das ações de recomposição de aprendizagem.

CAPÍTULO VI — Do acompanhamento, transparência e governança

Art. 15º A Secretaria deverá:

- I — manter cadastro atualizado dos programas/contratos (Aprende Brasil, aquisições Aprova Brasil, convênios ITAIPU, recebimento de materiais Educa Juntos);
- II — garantir que as unidades escolares tenham acesso a relatórios interpretativos e orientações de uso dos dados avaliativos.

Art. 16º As aquisições e contratações relativas a sistemas de ensino, materiais e aplicações avaliativas deverão observar a legislação municipal de licitação e contratos, bem como as normativas do Tribunal de Contas e da Controladoria local.

CAPÍTULO VII — Disposições finais

Art. 17º A Secretaria Municipal de Educação regulamentará, de forma interna, os procedimentos operacionais para: aplicação das avaliações diagnósticas de entrada/saída e fluência leitora; cronograma de distribuição de materiais; formação; e execução das ações de recomposição de aprendizagem.

Art. 18º Esta Resolução entrara em vigor na data de sua publicação, podendo ser revista quando necessário, e ficando revogadas as disposições em contrário.

Santana do Itararé – PR, 19 de novembro de 2025.

Daniele Patriarca da Silva
Secretária Municipal de Educação
Port. 044/2025

REFERÊNCIAS CONSULTADAS (PRINCIPAIS FONTES)

- Programa Educa Juntos — SEED-PR (informações sobre programa, material de apoio e base legal — Lei n.º 21.323/2022).
- Prova Paraná / Prova Paraná Mais — SEED-PR (descrição, objetivos e alcance).
- SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) — INEP / Portal Gov.br (normativa e informações do SAEB).
- CAEd / Plataforma CAEd — soluções de avaliação, instrumentos e monitoramento.
- Sistema Aprende Brasil (Editora Positivo) — exemplos de processos de contratação e materiais utilizados por prefeituras; documentação pública de aquisição.
- Aprova Brasil (Editora Moderna) e parcerias de distribuição via programas (ex.: ITAIPU / Mais IDEB e convênios regionais).

ANEXOS

1. TERMO DE ADESÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
EXTRATO DOS TERMOS DE ADESÃO DOS MUNICÍPIOS AO PROGRAMA EDUCA JUNTOS – 2023

Protocolo n.º 20.823.405-6

Extrato dos Termos de Adesão ao Programa Educa Juntos, criado pela Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, em regime de colaboração com os municípios, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação – SEED, pactuados com os municípios listados a seguir:

Fundamentação Legal: Lei Estadual n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, e Decreto Estadual n.º 2.435, de 7 de junho de 2023.

Objeto: Regulamenta a participação dos municípios no Programa Educa Juntos.

Vigência: O termo de adesão terá vigência por tempo indeterminado a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação
Curitiba, 24 de novembro de 2023.

NRE	MUNICÍPIO	PREFEITO	DIRIGENTE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
WENCESLAU BRAZ	ARAPOTI	IRANI JOSE BARROS	JOSÉLIA CRISTINA CARNEIRO FERREIRA
WENCESLAU BRAZ	JAGUARIAÍVA	ALCIONE LEMOS	ERLA MARIA RIBEIRO DE MELLO
WENCESLAU BRAZ	SALTO DO ITARARÉ	PAULO SÉRGIO FRAGOSO DA SILVA	KARLA FERNANDA LEAL DA SILVA
WENCESLAU BRAZ	SANTANA DO ITARARÉ	JOSÉ DE JESUZ IZAC	ZENILDE DE FÁTIMA ANHAIA LEITE

(FONTE: <https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seed@10b86ce1-aad0-426b-852e-3cbc44c996fd&emPg=true>).